

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador - Bahia, 14-17 de maio de 2013

4

CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PATRIMÔNIO ICONOGRÁFICO DE ARQUITETURA EM RECIFE: ANÁLISE DO ARQUIVO DA 1ª COORDENADORIA REGIONAL DA DIRCON

*CONDICIONES DE ALMACENAMIENTO DEL PATRIMONIO ICONOGRÁFICO DE
ARQUITECTURA EN RECIFE: ANÁLISIS DEL ARCHIVO DE LA 1ª COORDINACIÓN REGIONAL
DE LA DIRCON*

*STORAGE CONDITIONS OF ARCHITECTURAL ICONOGRAPHIC HERITAGE IN RECIFE: THE
ARCHIVE'S ANALYSIS OF THE DIRCON'S 1ST REGIONAL COORDINATION*

Identificação, intervenção e gestão do patrimônio edificado: Instrumentos, metodologias e técnicas

Patricia Ataíde Solon de Oliveira

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Cooperação Técnica - Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Clarissa Carvalho e Silva

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Difusão Científica e Tecnológica - Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Fernanda Lúcia Herbster Pinto

Mestre em desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Cooperação Técnica - Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Maria Cicília de Oliveira Melo

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Difusão Científica e Tecnológica - Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Guilah Naslavskyⁱ

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta Nível II do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

Resumo:

O acesso aos registros iconográficos de arquitetura é imprescindível para aqueles que se dedicam à documentação e conservação do legado arquitetônico moderno. A informação contida nestes documentos, sejam eles o projeto de arquitetura, esquemas ou croquis, em diversos casos são insubstituíveis, não podendo ser encontradas em qualquer outra fonte. A importância destes registros é ainda mais evidente com o desaparecimento precoce do objeto arquitetônico, que pode ocorrer anteriormente ao reconhecimento de seu valor patrimonial, restando este tipo de documentação como única fonte de pesquisa do patrimônio em extinção. Em Recife, as instituições que mantêm acervos documentais no

campo da arquitetura são, geralmente, instituições públicas, a maioria delas ainda mantendo o seu caráter operativo. Apesar da importância de salvaguardar esses registros já ser reconhecida por estudantes e pesquisadores, os órgãos responsáveis pela gestão e armazenamento desses arquivos ainda negligenciam gravemente suas coleções. O objetivo central deste texto é expor a situação dos arquivos municipais de arquitetura, mais especificamente o caso da 1ª Coordenadoria Regional da Diretoria de Controle de Obras (DIRCON), que até meados do século XX assumia o papel de único órgão responsável pela aprovação de projetos construídos na cidade. Como diretrizes para esta análise foram observadas as recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo, disponibilizados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 2005, buscando identificar as possíveis fragilidades e potencialidades do arquivo analisado.

Palavras-chave: Documentação, Recife, Patrimônio, Acervos.

Resumen:

El acceso a los registros iconográficos de arquitectura es imprescindible para aquellos que se dedican a la documentación y preservación del legado arquitectónico moderno. La información contenida en estos documentos, sean ellos el proyecto de arquitectura, esquemas o bocetos, en diversos casos son insustituibles y no se puede encontrar en ninguna otra fuente. La importancia de estos registros es aún más evidente con la desaparición temprana del objeto arquitectónico, que puede ocurrir antes del reconocimiento de su valor patrimonial, restando este tipo de documentación como única fuente de investigación del patrimonio en extinción. En Recife, las instituciones que mantienen acervos de documentos en el campo de la arquitectura son, en general, las instituciones públicas, la mayoría de ellas aún conserva su carácter operativo. A pesar de la importancia de salvaguardar estos registros ya ser reconocida por estudiantes e investigadores, los órganos responsables por la gestión y el almacenamiento de estos archivos aún negligencian severamente sus colecciones. El objetivo central de este texto es exponer la situación de los archivos municipales de arquitectura, más concretamente el caso de la Primera Coordinación Regional de la Dirección de Control de Obras (DIRCON), que hasta mediados del siglo XX asumió el papel de único órgano responsable por la aprobación de proyectos construidos en la ciudad. Como directriz para esta análisis se observaron recomendaciones para la producción y el almacenamiento de documentos de archivo, disponibles por lo Consejo Nacional de Archivos – CONARQ (Brasil) en 2005, buscando identificar las posibles fragilidades y potencialidades del archivo analizado.

Palabras-clave: Documentación, Recife, Patrimonio, Acervos.

Abstract:

The Access to architecture iconographic records is essential for those who are dedicated to the documentation and preservation of the modern architectural legacy. The information contained in these documents, whether they are architectural project, schemes or sketches, are, in many cases, irreplaceable and cannot be found in any other source. The importance of these records is even more evident with the early demise of the architectural object, which may previously occur to the recognition of the patrimonial value, leaving this type of documentation as the only source of research of extinction heritage. In Recife, the institutions that maintain document collections in the field of architecture are, generally, public institutions, most of them still retaining its operating character. Despite the importance of safeguarding these records is already being recognized by students and researchers, the agencies responsible for managing and storing these files still severely neglect their collections. The main objective of this paper is to present the situation of municipal architecture archives, more specifically the 1st regional coordination office Board of Control Works (DIRCON) case, which until the mid-twentieth century assumed the paper of the only responsible organ for approving built projects in the city. As a guideline for this analysis were observed recommendations for the production and storage of archival documents, available by the National Council of Archives – CONARQ (Brazil) in 2005, trying to identify weaknesses and potential possibilities of the analyzed file.

Keyword: Documentation, Recife, Heritage, Collections.

CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PATRIMÔNIO ICONOGRÁFICO DE ARQUITETURA EM RECIFE: ANÁLISE DO ARQUIVO DA 1ª COORDENADORIA REGIONAL DA DIRCON

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios encontrados por aqueles que se dedicam à pesquisa e documentação da Arquitetura e Urbanismo modernos em Pernambuco, é, sem dúvida, o número reduzido de material disponível nos centros de documentação do estado. Em Recife são inexistentes arquivos especializados em arquitetura, que se responsabilizem pela captação, conservação e difusão dos registros provenientes do projeto arquitetônico. Salvo raras exceções¹, os documentos iconográficos e registros de arquitetura encontram-se retidos em órgãos públicos de aprovação ou execução de projetos ou em posse dos próprios arquitetos ou familiares.

A conservação do patrimônio iconográfico de arquitetura se configura como um tema de grande relevância para aqueles que lidam com documentação e conservação da arquitetura, pois, se já é notória a dificuldade de preservação do próprio objeto arquitetônico moderno, o reconhecimento patrimonial dos seus registros documentais torna-se uma tarefa ainda mais complexa. Para Oliveira et. al. (2012) a salvaguarda destes registros torna-se imprescindível, uma vez que, com o desaparecimento do próprio objeto arquitetônico, que pode ocorrer anteriormente ao reconhecimento de seu valor, restam apenas os registros gráficos como fonte de pesquisa do patrimônio em extinção.

Deve-se ainda reconhecer o valor artístico e cultural presente nos documentos produzidos artesanalmente pelos próprios arquitetos ou desenhistas da época. Como afirma Souchon (2000), as mudanças decorrentes dos processos de produção industrial influenciaram não só na prática arquitetônica do século XX, mas também nos tipos de registros arquitetônicos, tornando-os mais uniformes e menos personalizados, porém muitos projetos do século XX, retidos nos arquivos de arquitetura de Recife, foram produzidos manualmente (Figura 1).

Em Pernambuco, ainda não existe a consciência de que os documentos iconográficos provenientes do projeto de arquitetura (projeto de arquitetura) representam um bem cultural maior, um acervo a ser preservado e parte essencial da representação memória da arquitetura do estado. Essa falta de consciência de que o desenho de arquitetura é um documento tão importante quanto qualquer outro, tem nos colocado em uma carência quase que total de documentação iconográfica (NASLAVSKY; OLIVEIRA, 2011).

A maior dificuldade em relação à manutenção dos acervos de arquitetura é a falta de compreensão e a tardia percepção por partes das autoridades, da população e até mesmo dos próprios arquitetos, da importância desses acervos para a memória da cidade. Para Alves (2011, P. 10): “A consciência da importância de um bem cultural é condição primordial para a sua preservação e conservação. A partir dessa consciência, cada indivíduo pode e deve praticar sua parcela de responsabilidade sobre um patrimônio cultural que é de todos”.

¹ Além dos acervos particulares dos próprios arquitetos e familiares, o Centro de documentação da Fundação Joaquim Nabuco abriga o acervo do arquiteto italiano Mário Russo, coletado e doado pela arquiteta Renata Cabral durante sua pesquisa de mestrado, e os projetos dos edifícios construídos para os edifícios da própria Fundação. Entretanto, a instituição não conta com políticas de captação de novos fundos.

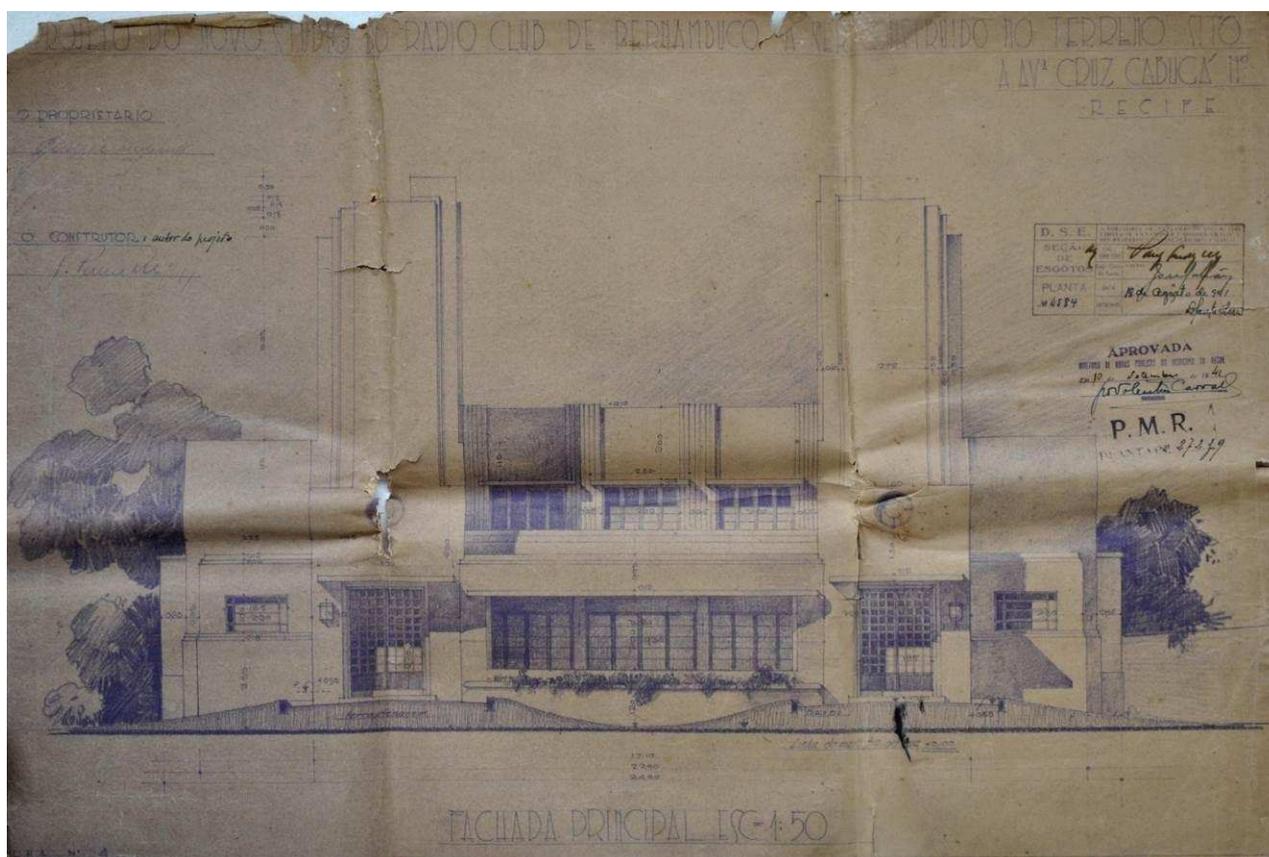


Figura 1: Cópia heliográfica de um projeto de 1941, para a sede da Nova Radio Clube de Recife (Fachada).
Fonte: Acervo Multiusuários, 2012.

O objetivo central deste texto é expor a situação dos arquivos municipais de arquitetura, mais especificamente o caso da 1ª Coordenadoria Regional da Diretoria de Controle de Obras (DIRCON), que até meados do século XX assumia o papel de único órgão responsável pela aprovação de projetos construídos na cidade. Como diretrizes para esta análise foram observadas as recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo, disponibilizados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 2005, buscando identificar as possíveis fragilidades e potencialidades do arquivo analisado.

AS RECOMENDAÇÕES DO CONARQ E OS REGISTROS DOCUMENTAIS DE ARQUITETURA EM RECIFE

A Constituição Federal de 1988, juntamente com a lei nº 8.159, que dispõe sobre a política dos arquivos públicos e privados, delegam ao poder público a responsabilidade de zelar pelos documentos neles contidos: "Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação." (BRASIL, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, 1991). Apesar da obrigatoriedade de se propiciar a integridade dos documentos de arquivo, não existe qualquer atitude das autoridades governamentais em relação à conservação dos registros de arquitetura em Recife. As perdas destes valiosos documentos são constantes e seu precário estado de conservação dificulta inclusive a sua leitura e interpretação. Infelizmente, nem as próprias instituições tutoras deste material são capazes de gerir



corretamente seus arquivos, tanto pelas suas condições estruturais como pela ausência de profissionais capacitados para tal função.

Com o objetivo de fornecer subsídios técnicos para a preservação de acervos documentais, o documento “Recomendações para Produção e Armazenamento de Documentos de Arquivo”, elaborado no ano de 2005, pela Câmara Técnica de Conservação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, consiste em um guia geral que indica os procedimentos mais adequados para o armazenamento e a preservação de documentos, considerando os prazos de guarda e destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação². A estrutura deste documento contempla seis princípios que devem ser considerados para a preservação dos documentos arquivísticos, são eles: produção e acesso, áreas de armazenamento, condições ambientais, acondicionamento, manuseio e transporte e segurança.

Sobre o processo de produção dos arquivos, as recomendações se referem ao tipo e formato do suporte³: Por existirem diferentes gêneros documentais que necessitam de processos distintos de organização e acesso, alguns documentos deverão ser produzidos em formatos padronizados mediante as normas vigentes, e no caso de projetos de arquitetura ou quaisquer outros documentos de valor permanente, precisarão, também, ser produzidos em papel alcalino (CONARQ, 2005). Já em relação ao armazenamento é necessário alertar que: Caso seja necessária a fixação dos documentos, deverá ser feita por presilhas de plástico ou metal não oxidável, evitando as atividades de grampear ou colar. Por serem geralmente produzidos em grandes, formatos os registros de arquitetura, necessitam estar armazenados em locais condizentes com sua dimensão (mapotecas ou tubos de projeto constituídos de papel alcalino) evitando dobras, além de estar devidamente identificados e classificados, as fotografias ou documentos de menor formatos devem ser armazenados em pastas suspensas. (CONARQ, 2005) (figura 02).

Conforme a CONARQ (2005. P. 9): “Todos os documentos devem ser armazenados em locais que apresentem condições ambientais apropriadas às suas necessidades de preservação, pelo prazo de guarda estabelecido em tabela de temporalidade e destinação.” Quanto aos locais para o armazenamento dos documentos recomenda-se que possuam área inferior a 200 m² e estejam preferencialmente situados em locais elevados em relação ao solo, diminuindo o risco de perdas por inundação, as tubulações hidráulicas, caixas d’água e quadros de energia elétrica também devem ser evitados em áreas de depósito. Deve-se priorizar a ventilação no ambiente, seja natural ou artificial, adotando medidas de baixo custo (CONARQ, 2005).

² “A tabela de temporalidade é um instrumento arquivístico resultante de avaliação, que tem por objetivos definir prazos de guarda e destinação de documentos, com vista a garantir o acesso à informação a quantos dela necessitem.” (CONARQ, 2001)

³ Entende-se como “suporte” qualquer material no qual são registradas as informações. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005). No caso dos documentos de arquitetura retidos em instituições públicas o suporte utilizado geralmente é o papel.



Figura 02: Armazenamento do acervo fotográfico das obras do arquiteto Mário Russo, retido pela Fundação Joaquim Nabuco

Foto realizada pela autora, set 2011.

Outro fator de grande importância para a conservação dos documentos de arquivo é o controle das condições climáticas do ambiente de armazenamento, segundo Spinelli Junior (1997. P. 19): “O controle racional e sistemático de condições ambientais não reduz apenas os problemas de degradação, mas também e principalmente evita seu agravamento.” Para os climas quentes e úmidos, as medidas recomendadas por autores diversos são: implantação de cortinas e filtros bloqueadores nas lâmpadas e luminárias fluorescentes visando diminuir a radiação ultravioleta, temperatura entre 15° e 22° C e umidade relativa entre 45% e 60%, já que o descontrole destes fatores contribui para o desenvolvimento de micro-organismos, aumentando as proporções dos danos. (CONARQ, 2005)

Para o manuseio de documentos de grandes formatos devem ser utilizadas mesas adequadas às suas dimensões, além da utilização de equipamentos de proteção como luvas e máscaras (CONARQ, 2005). O manuseio deve ser ainda mais cauteloso quando o ambiente não conta com um programa de higienização do material arquivado: “O manuseio de obras planas como gravuras, partituras, mapas, etc atingidas por camadas de poeira, acarreta o efeito da abrasão ou seja, um dano causado pela fricção entre os próprios documentos atingidos pela poeira.” (SPINELLI JÚNIOR, 1997. P.41) Caso haja documentos acondicionados em estantes, devem ser utilizadas escadas seguras para a retirada dos mesmos. O transporte dos documentos entre seções, seja para exposições, empréstimos externos ou serviços de terceiros, deve seguir procedimentos padronizados de embalagem, transporte e manuseio, visando à sua preservação e segurança (CONARQ, 2005).

Referindo-se ao acondicionamento documental, a CONARQ (2005) estabelece que o mobiliário e os invólucros devem ser apropriados para assegurar a conservação dos mesmos. A confecção e a organização espacial da mobília devem estar condizentes com as normas referentes à resistência, à qualidade e à segurança no ambiente de trabalho, além de nenhum documento poder ser acondicionado de maneira direta sobre o chão: as embalagens protegem os documentos contra a



poeira e possíveis danos acidentais, minimizam as variações externas de temperatura e umidade relativa, além de contribuírem com a redução de riscos de danos por água ou fogo.

Segundo a CONARQ (2005), as embalagens, que protegem os documentos contra a poeira e possíveis danos acidentais, minimizam as variações externas de temperatura e umidade relativa, além de contribuírem com a redução de riscos de danos por água ou fogo. As caixas de arquivo, que demandam boas condições de limpeza e conservação, de forma a proteger os documentos, devem ser resistentes ao manuseio, ao peso e à pressão desses, caso necessitem de acomodação em pilhas. Deve-se atentar às medidas destas caixas e também de envelopes ou pastas, respeitando-se os formatos padronizados. Estas dimensões devem ser sempre superiores às dos documentos que abrigarão. De maneira geral, todos os materiais usados para o armazenamento de documentos permanentes devem manter-se quimicamente estáveis ao longo do tempo, não podendo provocar reações que afetem a preservação dos documentos.

Por fim, acerca da segurança dos documentos, conforme as recomendações da CONARQ (2005), “Toda instituição arquivística deve contar com um Plano de Emergência escrito, direcionado para a prevenção contra riscos potenciais e para o salvamento de acervos em situações de calamidade com fogo, água, insetos, roubo e vandalismo.” (CONARQ, 2005. p. 16).

Dentre o que deve incluir este plano, encontra-se a adoção de um programa de manutenção do edifício, consequente de um diagnóstico anterior sobre a edificação e sua localização, a fim de identificar possíveis riscos geográficos e climáticos que possam comprometer o edifício e o acervo, dentre outros. Atribui-se ao plano de emergência uma equipe técnica e outra administrativa, com atribuições específicas para as atividades que demandarão resposta imediata e recuperação dos documentos prejudicados em alguma calamidade.

O ARQUIVO DA 1ª COORDENADORIA REGIONAL DA DIRCON

De uma forma geral, os acervos de arquitetura em Pernambuco, estão retidos em diferentes tipos de arquivos⁴: os das prefeituras municipais (Coordenadorias Regionais), os arquivos dos antigos serviços de viação e obras públicas, das secretarias municipais e estaduais e das coleções particulares dos arquitetos e familiares. A maioria deles encontra-se desorganizada e em precárias condições de conservação, ocasionando perdas significativas de material documental, sobretudo quando se tratam dos acervos correntes, como os das Coordenadorias Regionais.

Em função do caráter operativo⁵, os acervos municipais são aqueles que mais sofrem com a deterioração de suas coleções. Entretanto, o que possui a situação mais alarmante é o acervo da 1ª Coordenadoria Regional da Diretoria de Controle de Obras (DIRCON): Por ser o primeiro órgão de aprovação de projetos da cidade, a instituição possui um grande número de projetos do início do século XX que se encontra em franco processo de destruição ocasionado, de maneira geral pelo manuseio inadequado dos documentos pelos próprios funcionários, pelas condições

⁴ “Podemos considerar um arquivo, antes de tudo, como o conjunto de documentos naturalmente acumulados por pessoas ou instituições, em razão das atividades que desenvolvem ao longo de sua existência ou funcionamento.” (ALVES, 2011. P.1).

⁵ O acervo da 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON compõe um arquivo corrente. Trata-se de um conjunto de documentos, em tramitação, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu e a quem compete a sua administração. (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005)

climáticas e intempéries, além da deterioração natural do material devido ao tipo de papel e técnica de reprodução⁶ utilizados (Figura 03).



Figura 3: Projetos em processo de deterioração retidos na 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON.
Foto realizada pela autora, mai 2012.

Acerca da deterioração documental do acervo da 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON

Na 1ª Regional da DIRCON, assim como nas outras Coordenadorias Regionais da cidade⁷, não existe qualquer política de conservação do material arquivado, seja referente à sua higienização ou sua forma de armazenamento e acondicionamento. Os projetos aprovados durante o século XX, geralmente cópias heliográficas em grandes formatos, encontram-se acondicionados sobre mesas ou estantes, armazenados em caixas plásticas ou de papelão enumeradas, geralmente empilhadas e com quantidade de documentos superior ao que suportam. Isto ocasiona a compactação dos papéis e favorece o desenvolvimento de micro-organismos (ALVARES, 200_?). (Figura 04 e 05).

⁶ O método comumente utilizado para a reprodução dos projetos de arquitetura do século XX eram as cópias heliográficas (ou cópias ozalid). São obtidas por processo fotomecânico por contato direto de um original translúcido com material latente colorível, que se torna visível pela ação de gases de amoníaco, (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005). São extremamente sensíveis a fatores externos, e perdem sua nitidez naturalmente com o passar do tempo.

⁷Atualmente, em Recife, a Diretoria de controle de obras (DIRCON) está dividida em seis Coordenadorias Regionais, cada uma delas é responsável pelo gerenciamento das construções e modificações de uma parcela da cidade.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador - Bahia, 14-17 de maio de 2013

4



Figura 04: Acondicionamento de projetos na 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON.
Foto realizada pela autora, mar 2013.



Figura 05: Acondicionamento de projetos na 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON.
Foto realizada pela autora, mar 2013.

Comumente, os documentos encontram-se dobrados e presos por barbantes, elásticos, presilhas ou grampos de metal oxidável, aumentando consideravelmente a fragilidade do suporte já que as dobras acarretam rompimento das fibras do papel e os fixadores metálicos transferem a oxidação para o documento sob a forma de manchas amarronzadas (SPINELLI JÚNIOR, 1997). O manuseio inadequado também é um agente de grande influência para a deterioração documental: os funcionários da instituição manipulam o material sem a utilização de luvas ou máscaras, contribuindo com a proliferação de micro-organismos. A ausência de locais apropriados para consulta dos projetos contribui para que atividades de rasgar e amassar os documentos sejam mais frequentes.

Outro fator de grande relevância a ser observado para promover a conservação do material arquivado são as condições climáticas do ambiente no qual está armazenado. A iluminação, tanto natural quanto artificial, devido à emissão de radiações do tipo ultravioleta e infravermelho, são nocivos aos documentos por favorecerem a oxidação da celulose. Desobedecendo as recomendações do CONARQ (2005) não existe qualquer equipamento que vise diminuir o efeito prejudicial desta radiação, como filtros para lâmpadas fluorescentes ou até mesmo cortinas. Como resultado, observa-se o escurecimento ou desbotamento dos papeis e tintas, o enfraquecimento da estrutura do papel e a conseqüente aceleração do envelhecimento do mesmo, fatores que dificultam a legibilidade e qualidade dos documentos. Apesar do controle da temperatura e da umidade relativa do ar ser essencial para a conservação de qualquer tipo de acervo, equipamentos responsáveis por manter as condições ambientais ideais como condicionadores e desumidificadores de ar são inexistentes no arquivo da 1ª Regional da DIRCON.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Gutiérrez (2001): “A sensibilidade e tomada de consciência para a importância desses acervos é relativamente recente, mas já vem desde o fim do século XX ganhando importância em outros países da América Latina (...)”. Porém, se essa declaração é válida para alguns países como Argentina, Chile ou Colômbia e para algumas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo⁸, não se pode afirmar o mesmo para as cidades pernambucanas, onde atividades neste sentido são quase inexistentes. Apesar da importância de salvaguardar os registros de arquitetura já ser reconhecida por estudantes pesquisadores, os órgãos responsáveis pela gestão e armazenamento desses arquivos ainda negligenciam gravemente suas coleções.

De fato, deve-se reconhecer que a tarefa de conservar esse tipo de arquivo é de extrema complexidade: os grandes formatos e as técnicas utilizadas para a produção desses documentos, somadas à ausência de profissionais qualificados para lidar com documentos de arquivo, dificultam consideravelmente a conservação dos registros de arquitetura. Além disso, para que o processo de salvaguarda do patrimônio iconográfico de arquitetura esteja completo, é essencial que também sejam propostas formas adequadas de captação, catalogação, armazenamento e difusão deste material:

Urge, portanto, um reconhecimento da importância desses acervos, no sentido de ser implementada uma política de coleta, arrecadação, triagem, catalogação e conservação desses fundos, assim como a definição de estratégias que permitam

⁸ “(...) merece destacar-se a tarefa pioneira da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (Brasil) que acervou e classificou importantes acervos de pesquisas de Arquitetura como as de Dubugras, Rino Levi, Gregori Warchavchik e Ramos de Azevedo sobre cujos fundos se tem estruturado recentemente pesquisas de notável interesse. Também a Faculdade de Arquitetura do Rio de Janeiro começou há alguns anos uma tarefa de restauração de antigos projetos realizados pelos alunos da Faculdade desde princípios de século”. (GUTIERREZ, 2001)



a conservação e acessibilidade desses acervos para um público maior. (NASLAVSKY; OLIVEIRA, 2011, p.1)

Apesar do indiscutível valor histórico, artístico e cultural do acervo da 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON, foram identificadas uma série de negligências que contribuem para o desgaste e consequente desaparecimento dos registros documentais, a maioria delas relacionadas à forma de armazenamento⁹ e acondicionamento do material. Entretanto, no que diz respeito à estrutura física do arquivo¹⁰, praticamente não existem ressalvas, isso nos leva a crer que algumas mudanças na gestão dos documentos contribuiriam sensivelmente para a salvaguarda do patrimônio iconográfico de arquitetura retido neste órgão.

Atitudes como, proporcionar acondicionamento adequado para os documentos de grandes formatos, implantação de instrumentos que controlem as condições ambientais do arquivo, como condicionadores e desumidificadores de ar, programas de higienização, além da sensibilização dos funcionários que trabalham diretamente com o material, buscando minimizar desgaste ocasionado pelo contato com o papel, beneficiariam significativamente a integridade dos documentos e facilitariam tanto trabalho dos próprios funcionários como o acesso de pesquisadores e estudantes a essas novas fontes de pesquisa.

Mediante a situação de descaso com a documentação de arquitetura moderna retida na 1ª regional da DIRCON, o projeto de Pesquisa “Documentação do acervo de Plantas da prefeitura da cidade do Recife”,¹¹ considerou necessária a implantação de medidas emergenciais de digitalização para preservar informações contidas nos registros de construções do século XX. O projeto contempla a criação de um acervo multiusuários formado por cerca de 400 projetos de arquitetura moderna, aprovados pela Prefeitura da Cidade do Recife, beneficiando pesquisadores e funcionários.

Esse processo de digitalização é visto como iniciativa de preservação patrimonial porque dinamiza e favorece o acesso às informações, fomentando a discussão sobre documentação de arquitetura ao mesmo tempo em que desperta a consciência para a proteção deste tipo de acervo iconográfico. (OLIVEIRA; et al., 2012. p. 9)

Mesmo se tratando de uma ação embrionária, e que não contemplará toda a documentação do acervo da 1ª Coordenadoria Regional da DIRCON, certamente será providencial para a difusão do valor histórico e patrimonial dos documentos deste arquivo.

REFERÊNCIAS:

ALVARES, Lílian. **Conservação de acervos documentais em papel:** breve introdução. Disponível em <<<http://www.alvarestech.com/lillian/Conservacao/Aula3.pdf>>>. Acesso em: Fev. 2013.

⁹ Os documentos são armazenados em caixas plásticas ou de papelão, dobrados e amarrados por barbante, é frequente a utilização de grampos, fitas e presilhas metálicas.

¹⁰ O acervo está localizado em área livre de risco de inundação, em sala separada de locais de circulação e consulta e possui uma área para depósito inferior a 200 m², adequando-se, nestes aspectos, às recomendações da CONARQ para a estrutura de arquivos. (Conselho Nacional de Arquivos, 2001.)

¹¹ O projeto de pesquisa “Documentação do acervo de plantas da Prefeitura da cidade do Recife”, foi aprovado no edital FACEPE Multiusuários/acervos-07/2010.

ALVES, Camila Augusta Lima. **Conservação preventiva e dinamização do acesso à informação: uma análise da série documental programa das cidades históricas.** In: II Seminário Ibero Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 1 CD-ROM.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 6, 9 jan. 1991. Seção 1, p. 455.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Classificação, temporalidade, e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano.** Disponível em: <<<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/933/pt.>>>. Acesso em: Out. 2011.

NASLAVSKY, Guilah; OLIVEIRA, Patricia Ataíde Solon. **Arquivos de Arquitetura Moderna em Pernambuco: Do reconhecimento à urgência de Conservação.** In: 4º Seminário DOCOMOMO, 2012, Natal. Anais. Natal: UFRN, 2012. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Patricia Ataíde Solon de; GOMES, Camilla; PERES, Clara Torres; NASLAVSKY, Guilah. **Digitalização e Preservação do Patrimônio Iconográfico de Arquitetura: o caso de Recife.** In: II Seminário Ibero Americano Arquitetura e Documentação, 2011, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 1 CD-ROM.

SOUCHON, Cécile Introduction. In: **A guide to the archival care of architectures records 19th-20th centuries.** Paris: International Council on Archives, Section on architectural records, 2000.

ⁱ Guilah Naslavsky é coordenadora do projeto de pesquisa “Documentação do acervo de plantas da Prefeitura da cidade do Recife”, aprovado no edital FACEPE Multiusuários/acervos-07/2010, e orientadora deste grupo de pesquisa.